

A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO DIREITO E NÃO MERCADORIA

Vivemos num tempo em que o capital tenta silenciar a dor dos que produzem todas as riquezas. O modelo de exploração do trabalho, intensificado pelas reformas neoliberais e pelas novas formas de precarização, adocece, exclui e mata. Por isso, a 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais é um momento histórico e essencial de resistência, luta e construção coletiva. Este não é um evento técnico: é uma trincheira de classe.

A saúde do trabalhador é uma questão política. Não há neutralidade quando o corpo do operário é visto apenas como força produtiva descartável. Quando se exige jornada de 6 dias por 1 de descanso, sem tempo para o descanso físico e mental, estamos diante de um sistema que prioriza o lucro sobre a vida. A defesa de jornadas dignas, da regulamentação das novas formas de trabalho, do direito ao descanso e ao cuidado é uma luta contra o ciclo de exaustão que alimenta a engrenagem do capital.

A proposta de fortalecimento dos CERESTs em todas as regiões de Minas e do Brasil é mais do que técnica: é uma afirmação de que a saúde deve ser universal, pública e acessível — sem distinção entre os que têm crachá formal e os que sobrevivem na informalidade, entregando comida em aplicativos ou lavrando a terra sem previdência. A criação de conselhos municipais de saúde do trabalhador, com a presença de sindicatos, movimentos populares e representantes da classe, é o caminho para romper com o autoritarismo tecnocrático e colocar o povo como sujeito da política.

As pautas defendidas na Conferência apontam para um SUS que não seja apenas porta de entrada para emergências, mas uma rede viva de acolhimento, prevenção e reabilitação. A valorização dos trabalhadores da saúde, com piso salarial justo, plano de carreira e condições dignas de trabalho, é a base para um sistema que respeita seus servidores. Ao mesmo tempo, a defesa da saúde mental da classe trabalhadora, com programas de apoio, espaços de escuta e atenção à subjetividade, é um ato revolucionário diante de uma sociedade que normaliza a ansiedade, o burnout e o suicídio entre os que vivem do trabalho.

É preciso reafirmar que não há saúde sem democracia, e não há democracia verdadeira sob a lógica do mercado. Fortalecer o controle social, garantir a educação popular, promover a participação dos povos originários, quilombolas, LGBTQIA+, PCDs e trabalhadoras mães é caminhar em direção à emancipação da classe. As conferências, os fóruns, os espaços de escuta popular são instrumentos para enfrentar a alienação política e construir um poder popular de baixo para cima.

A Conferência não é o fim, mas o começo de uma articulação que precisa ultrapassar os muros do resort onde se realiza e se espalhar pelos territórios, pelos conselhos, pelas fábricas, pelas universidades, pelas roças e pelos becos das cidades. Saúde do trabalhador é luta de classes. É a recusa a ser engrenagem silenciosa de um sistema doente. É a construção de uma nova sociedade, onde o trabalho esteja a serviço da vida — e não o contrário.

**POR UM SUS 100% PÚBLICO, ESTATAL E SOB CONTROLE POPULAR!
SAÚDE, TERRA, TRABALHO E DIGNIDADE PARA O POVO!**



Eixo I:

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

Objetivo:

- Fortalecer a PNSTT como política pública estruturante no SUS.
- Ampliação e fortalecimento dos CERESTs.
- Educação permanente para trabalhadores, gestores e conselheiros.
- Garantia de condições dignas de trabalho, prevenção de doenças e promoção da saúde mental.
- Criação de conselhos municipais de saúde do trabalhador.
- Fortalecimento da fiscalização e notificação de agravos relacionados ao trabalho.
- Implementação de programas voltados à saúde mental no ambiente de trabalho.
- Valorização dos profissionais da saúde com piso salarial e plano de carreira.

EIXO II:

NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR

Objetivo:

- Adaptar a PNSTT aos novos contextos do mundo do trabalho (informalidade, plataformas digitais, home office, etc.).
- Revogar as reformas trabalhista e previdenciária (com ênfase na revogação da escala 6x1).
- Redução da jornada semanal de trabalho para 30 horas sem redução salarial.
- Fiscalização efetiva das condições de trabalho, com ênfase na saúde mental.
- Criação de políticas públicas para trabalhadores autônomos, rurais e informais.
- Instituição de referência técnica em saúde do trabalhador em todas as regiões.
- Garantia de funcionamento noturno das unidades básicas de saúde para trabalhadores em turnos alternativos.
- Implementação de políticas públicas para proteção de PCDs no ambiente laboral.

EIXO III:

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

Objetivo:

- Ampliar e fortalecer o controle social e a participação popular nas decisões sobre saúde do trabalhador.
- Criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde do Trabalhador.
- Educação popular em saúde e formação de lideranças.
- Implementação da Semana de Saúde do Trabalhador.
- Criação de canais de denúncia e ouvidorias específicas.
- Promoção de acessibilidade e paridade de gênero, raça e grupos vulnerabilizados nas instâncias de controle social.
- Garantia de financiamento público para realização periódica de conferências regionais e estaduais.